

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.379.165 - PR (2018/0271431-4)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : MÁRIO SÉRGIO ROSSETTO
ADVOGADO : JULIA GUIMARÃES ROSSETTO - PR065801
AGRAVADO : ANTONIO MARQUES DE ANDRADE FILHO
AGRAVADO : LAZARA APARECIDA ROMERO MARQUES
ADVOGADOS : LEONARDO COSTA NICOLINO - MT012900
ADRIANA AIRES DE MELO NICOLINO - MT017058
GILMAR ANTONIO SUBTIL GODINHO - MT011436
EDERSON SANTOS NEVES - MT018174

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MÁRIO SÉRGIO ROSSETTO contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA. EQUIPAMENTO AGRÍCOLA. I – NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. II – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA INCERTA. SACAS DE SOJAS. RITOS DISTINTOS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. III – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL. IV – COMPORTA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS QUANDO DESPROVIDO O RECURSO. APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 85, §11, DO CPC.

I – 'Não merece acolhida a alegação de ausência de fundamentação quando a decisão, embora de forma sucinta, demonstra as razões de convencimento do juízo sobre o pedido' (TJPR - 15ª C.Cível - AI - 1723276-7 - Goioerê - Rel.: Jucimar Novochadlo - Unânime - J. 25.10.2017).

II – 'Inviável imiscuir-se, no seio de execução para pagamento de quantia certa, obrigação para entrega de coisa incerta, em vista da patente disparidade procedimental. Não se pode compelir, em regra, nem o devedor, nem o credor, a pagar ou receber prestação diversa da constante no título executivo, em consonância com o princípio da especialidade da execução' (REsp 1538139/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 13/05/2016).

III – Já havendo sido observada a limitação do mínimo legal, não enseja minoração o quantum atribuído aos honorários advocatícios fixados na decisão de Primeiro Grau.

IV – Com base na regra disposta no art. 85, §11, do Código de Processo Civil, com o desprovimento do recurso apelatório, comporta majoração o quantum atribuído aos honorários advocatícios fixados anteriormente, considerando-se o trabalho adicional despendido pelo causídico da parte.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E NÃO PROVIDA' (fls. 385-386 e-STJ).

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 448-455 e-STJ).

Nas presentes razões recursais (fls. 473-497 e-STJ), o ora agravante alega,

Superior Tribunal de Justiça

além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) arts. 489, § 1º, IV e VI, e 1.022, II e II, parágrafo único, II, do Código de Processo Civil de 2015 - ao fundamento de que o Tribunal local deixou de apreciar duas questões essenciais ao deslinde da controvérsia, a saber:

"(...)

a) embora o respectivo contrato de compra e venda previsse o pagamento em sacas de soja, já trazia em seu bojo, precisamente em sua Cláusula Segunda, o montante correspondente em reais, isto é, a quantia líquida, certa e exigível de " R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) ";

b) os pagamentos dos devedores, ora Recorridos, sempre se deram na forma de valores depositados diretamente na conta bancária do ora Embargante, jamais em sacas de soja (pontos centrais dos aclaratórios e nodais para o deslinde da controvérsia)" (fl. 481 e-STJ).

(ii) arts. 783 e 784, III, do CPC/2015 - ao argumento de que o título detém certeza, liquidez e exigibilidade, pois os pagamentos efetuados pelos ora agravados sempre ocorreram mediante valores depositados diretamente em conta bancária e nunca em sacas de soja, bem como pelo fato de, quando muito, a quantia poderia ser determinada por simples cálculo aritmético, eis *"que a soja é moeda corrente na região da avença e sua cotação é de fácil acesso a qualquer interessado"* (fl. 485 e-STJ);

(iii) arts. 188, 277 e 283, parágrafo único, do CPC/2015 - pois os princípios da instrumentalidade das formas e da efetividade do processo permitem ignorar eventual equívoco no rito adotado - execução de título extrajudicial ao invés da prévia execução para entrega de coisa incerta - para adentrar no mérito do direito litigioso.

Após a apresentação das contrarrazões (fls.527-554 E-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

No tocante à alegada violação dos arts. 489, § 1º, IV e VI, e 1.022, II e II, parágrafo único, II, do Código de Processo Civil de 2015, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios diante da inexistência de omissão, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado

Superior Tribunal de Justiça

por via inadequada.

Ademais, não significa omissão o fato de o acórdão recorrido adotar tese diversa daquela suscitada pelas partes, inexistindo, portanto, a alegada negativa de prestação jurisdicional e deficiência de fundamentação.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PRECATÓRIO. ACORDO HOMOLOGADO PELO JUIZ DA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO (CEPREC). INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

I - Não havendo, no acórdão recorrido, omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

II - Hipótese em que o Tribunal de origem amparou-se inteiramente na análise das provas dos autos. Rever tal entendimento implica reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial. Enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

III - Agravo interno improvido."

(AgInt no REsp 1.659.253/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017 - grifou-se)

Relativamente ao mérito, a Corte local concluiu pela carência de ação diante do rito inadequado e assentou a inexistência de liquidez do título extrajudicial, conforme a fundamentação a seguir transcrita:

"(...)

Cinge-se a discussão acerca de um contrato de Compra e Venda, em que os embargantes, ora apelados, adquiriram 03 (três) máquinas colheitadeiras, no valor de R\$ 650.000,00, a serem pagos mediante a entrega de 17.445 sacas de soja, em 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira de 4.027 sacas, e as outras 4 parcelas de 3.355 sacas de soja, totalizando o montante devido, conforme contido na cláusula segunda do contrato de fls. 45/49 (mov. 1.11).

Pois bem.

Dito isto, tem-se que a obrigação trata-se da entrega de coisa incerta (sacas de soja), devendo, portanto, ser observado o rito da execução para entrega de coisa, conforme a norma disposta nos arts. 806 à 813 do Código de Processo Civil. (...)

Da breve leitura do contido nos referidos diplomas legais, afere-se que no rito da execução de entrega de coisa, o credor não pode optar pela execução de quantia certa, posto que a conversão só ocorre em determinadas hipóteses, devendo ser opotrunizado ao devedor a entrega da coisa efetivamente devida. (...)

Ou seja, apenas no caso de impossibilidade de cumprimento da obrigação por meio da entrega da coisa é que caberia ao exequente a conversão no rito para execução por quantia certa. (...)

Destarte, mister ressaltar que, mesmo que tenha constado no contrato celebrado entre as partes que as parcelas deveriam considerar '(...) a cotação do dia de vencimento junto à CARGILL de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, preço balcão líquido (...)', este fato, por si só, não é

Superior Tribunal de Justiça

suficiente para autorizar o ajuizamento de execução por quantia certa, posto que depende do preço obtido junto à CARGILL ou outra Cooperativa Agroindustrial.

Ora, considerando-se que, para a obtenção do valor, mostra-se necessário um fator externo, inexistente no título executado, resta devidamente demonstrada a iliquidez do título, não havendo possibilidade de ser cobrada quantia certa, ante a necessidade de prévia apuração do quantum devido" (fls. 394-398 e-STJ).

Desse modo, assim como posta a matéria, a verificação da procedência dos argumentos acerca da liquidez do título executado exigiria por parte desta Corte o reexame de matéria fática, bem como a reanálise de cláusulas contratuais, procedimentos vedados na estreita via do recurso especial, consoante os óbices contidos nas Súmulas n°s 5 e 7 deste Tribunal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. JUROS E CORREÇÃO. LIQUIDEZ DO TÍTULO. TERMO INICIAL. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária, com pedido de antecipação de tutela, em que os autores postulam que o adicional de insalubridade seja calculado com base no subsídio que recebem. Na sentença o pedido foi julgado procedente em parte. O Tribunal de origem, conheceu dos apelos interpostos para, no mérito, dar-lhes parcial provimento.

2. A irresignação cinge-se ao estabelecimento do termo inicial de incidência dos juros moratórios.

3. É pacífico o entendimento no STJ de que, "no caso de obrigação contratada como positiva e líquida, com vencimento certo, os juros moratórios correm a partir da data do vencimento da dívida" (STJ, EREsp 1.342.873/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 18/12/2015).

4. A via do Especial não presta para rever o entendimento da Corte de origem quanto á liquidez do título exequendo, pois essa medida demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

5. Recurso Especial não conhecido."

(REsp 1.812.119/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/8/2019, DJe 5/9/2019 - grifou-se)

Além disso, a agravante não impugnou o fundamento de que a conversão de rito somente caberia no caso de ser impossível o cumprimento da obrigação por meio da entrega da coisa, atraindo, por analogia, o óbice da Súmula n° 283/STF.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO A QUO. SÚMULA 283/STF. 2. CONTRATO COLETIVO EMPRESARIAL QUE BENEFICIA APENAS QUATRO PESSOAS FÍSICAS. RESCISÃO. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SÚMULA N. 83/STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido

Superior Tribunal de Justiça

torna inviável o conhecimento do recurso especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. A jurisprudência do STJ é no sentido de que "é válida a cláusula que prevê resilição unilateral de contrato de plano de saúde coletivo empresarial com menos de trinta beneficiários, condicionada a motivação idônea" (AgInt no AREsp n. 1.132.794/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 12/3/2019, DJe 20/3/2019).

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1.445.918/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 27/9/2019 - grifou-se)

Por fim, os arts. 188, 277 e 283, parágrafo único, do CPC/2015 carecem de prequestionamento, visto que o acórdão recorrido não tratou da aplicação dos princípios da instrumentalidade das formas e da efetividade do processo.

Por fim, a inadmissão do recurso especial interposto com base no art. 105, III, alínea "a", da CF/88, em razão da incidência de óbices sumulares, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial quanto ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica.

Sobre o tema:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. (...) ALTERAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/TJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. (...)

4. A incidência do óbice constante na Súmula 7/STJ prejudica a análise quanto à insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.

5. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1.039.331/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017 - grifou-se)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 17% (dezessete por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator